



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região
Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição

ATA DE REUNIÃO

1 - Identificação da reunião

Descrição	Data e Hora	Local	Coordenador
Reunião do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição	13/06/2022, 14h30	às Plataforma Google Meet	Desembargadora Márcia Andrea Farias da Silva

2 - Pauta

- Promoção de estudos e pesquisas sobre causas e consequências do mau funcionamento da Justiça de primeira instância e temas conexos, a fim de auxiliar o diagnóstico e a tomada de decisões (Art. 2º, VIII, da Resolução 194 do CNJ).
- Adotar medidas para fomentar o uso racional da justiça e garantir distribuição equitativa dos processos judiciais entre as unidades judiciárias de 1º Grau (art 2º, VII, da Resolução 194 do CNJ).

3 – Participantes

Nome	Função
Márcia Andrea Farias da Silva	Desembargadora Coordenadora
Carlos Eduardo Evangelista Batista dos Santos	Juiz do Trabalho
Carolina Burlamaqui Carvalho	Juíza do Trabalho (representante da Amatra XIV)
Antônio José Silva Ferreira	Servidor
Luiza Helena Braga Soares	Servidor
Gisele Castro Silva	Servidor (representante do SINTRAJUFE)
Stanley Araújo de Sousa	Servidor



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região
Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição

4 - Discussão dos itens da pauta

Primeiramente, minutos após o horário de início da reunião, em contato com o servidor Stanley Araújo de Sousa, foi informado pelo servidor José Barros de Oliveira Júnior, Secretário do Comitê, que este não poderia participar da reunião por motivo de estar em gozo de licença médica.

A desembargadora Márcia Andrea Farias da Silva iniciou a reunião saudando a todos, e perguntando aos membros participantes se haveria alguma proposta quanto ao tema 1 da pauta: Promoção de estudos e pesquisas sobre causas e consequências do mau funcionamento da Justiça de primeira instância e temas conexos, a fim de auxiliar o diagnóstico e a tomada de decisões (Art. 2o, VIII, da Resolução 194 do CNJ). Explicitou ainda que foram encaminhados e-mails aos membros da comissão solicitando sugestões para a pauta da reunião, mas que não houve repostas.

Primeiramente falou o servidor Antônio José, informando que a Corregedoria, na atual gestão do Dr. Gerson de Oliveira Costa Filho, tem elaborado estudos sobre o 1º Grau e disponibilizado ferramentas para a melhoria da prestação jurisdicional das Varas, ressaltando que no mês de maio foi feito levantamento na Corregedoria e constatado que 19 Varas do Regional tiveram uma melhora substancial no IGEST, ressaltando que as Varas estão em um momento de bom desenvolvimento. Sugeriu que se verificasse não só os problemas gerais do 1º grau, mas também os problemas específicos e localizados de cada vara.

A Exma. Desembargadora Coordenadora indagou se a Corregedoria já teria realizado um levantamento de problemas e soluções do 1º grau, e citou como exemplo de estratégia a capacitação realizada com os juizes e servidores da 5ª Vara de São Luis/MA em uma sala da Escola Judicial, sugerindo que seja realizada esta capacitação com todas as Varas, com a participação da Escola Judicial.

O servidor Antônio José respondeu que está sendo desenvolvida uma ferramenta para auxiliar na identificação de processos com tarefas pendentes e processos parados do Pje em uma única tela de computador. A nova ferramenta, baseada no "Projeto Horus" e denominado painel HALO, será inicialmente aplicada na Vara de Caxias e a previsão é de que, nos próximos dois meses, seja solicitado pela Corregedoria cursos à Escola Judicial para que esta nova ferramenta seja apresentada a todas as varas. O servidor afirmou ainda que,



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região
Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição

com a utilização da nova ferramenta, é esperada uma melhoria junto às Varas do Trabalho, de cerca de 30%, e reafirmou que as Varas vem apresentando significativas melhoras nos seus índices. Disse ainda que a nova ferramenta, junto com Painel Luz, dará maior celeridade e objetividade na solução dos problemas de cada Vara. Acrescentou, por fim, que na próxima reunião da comissão já poderá, provavelmente, apresentar ferramenta.

A servidora Luiza Helena Braga Soares ressaltou que há problemas macros que não possuem uma resolutividade rápida, a exemplo do problema de deficit de servidores, sendo que no atual momento é necessário investir cada vez mais em ferramentas de automação, de inteligência artificial, para otimizar a mão de obra atual e evitar doenças ocupacionais e afastamento de servidores. Necessário também investir na disseminação e capacitação do uso dessas ferramentas, eis que por vezes, há resistência de servidores, e até mesmo de diretores, ao uso delas, a fim de que o uso dessas novas ferramentas se torne algo natural à rotina de trabalho de todos os servidores.

Dada a palavra ao juiz Carlos Eduardo Evangelista Batista dos Santos, o magistrado reiterou as manifestações dos servidores Antônio José e Luíza Helena, afirmando ser importantíssimo o investimento em instrumentos de automação. Informa que foi criado oficialmente o laboratório de inovações do TRT 16º Região, mas que não houve aprofundamento na sua utilização e sugere que a implementação das novas ferramentas seja efetivada por meio deste laboratório, que tem por objetivo a identificação de necessidades e entrega de soluções. A partir daí deve ser realizado um processo de capacitação de servidores. Sugeriu ainda incluir a capacitação das ferramentas, como o Painel Luz, na semana de formação dos magistrados. O magistrado também ressaltou a importância de buscar formas de estímulo aos magistrados e servidores, concluindo que com os três elementos: instrumentos de automação, processo de capacitação e o estímulo, pode-se avançar mais do que se tem avançado.

Devolvida a palavra ao servidor Antônio José da Silva Ferreira, este informou que nas correições presenciais, quando da apresentação de novas ferramentas como o Painel Luz, este verifica que há sempre uma resistência. Que a questão do estímulo, nesse momento, é a ferramenta que ainda não se está conseguindo desenvolver adequadamente, ressaltando que sem o estímulo para o uso, as novas ferramentas não alcançarão os resultados almejados. Sugere que na próxima reunião possa vir alguém, por exemplo, do setor de saúde para trazer orientações sobre o assunto.

A magistrada Carolina Burlamaqui Carvalho pontuou que são muitas ferramentas e que deveria ser mais difundido os objetivos e o uso de cada ferramenta aos juízes, bem como as informações e dados colhidas por cada uma delas, para que estes possam saber



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região
Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição

como funcionam e possam cobrar o seu uso, a exemplo de como faz o Núcleo de Pesquisa Patrimonial, que divulga listas de todas as ferramentas disponíveis.

Nesse momento, a Desembargadora Dra. Márcia Andrea Farias da Silva, como atual Diretora da Escola Judicial do TRT 16º, afirma que a Escola Judicial está à disposição para trabalhar junto com a Corregedoria para a realização das capacitações das novas ferramentas, informando que a Escola tem realizado capacitações de servidores, inclusive nas Varas do Interior. Em relação ao estímulo, afirmou que seria interessante que as capacitações devam envolver também os juizes para que possam conhecer as ferramentas e os resultados que elas podem trazer, a fim de que estes possam participar do processo de estímulo junto aos servidores. Declarou que o incentivo da liderança da Vara ao uso das ferramentas mostrando que ela pode trazer melhores resultados é um estímulo. Outra forma de estímulo é o reconhecimento pela administração do Tribunal dos resultados, que pode ser recompensado, por exemplo, com premiações, com melhorias de equipamentos a uma vara, participação em congressos fora. Ressaltou ser importante o contato da Corregedoria junto às Varas, para contribuir com esse estímulo.

A servidora Luiza Helena Braga Soares reiterou como medidas de estímulos a participação de servidores em congressos fora das Varas que obtiveram melhoras significativas e que a questão do estímulo dentro da unidade é muito importante. Citou como exemplo sua experiência à frente da direção da Vara de Pinheiro/MA, na qual tenta sempre fazer com que os servidores compreendam que fazem parte do processo de melhoria dos resultados da Vara, que estes resultados são fruto do trabalho de todos, e que eles se sentem mais estimulados com isso.

O Juiz Carlos Eduardo sugeriu que, em uma próxima reunião, seja separado um momento específico para tratar de como fazer esse processo de estímulo, sugerindo inclusive trazer alguém da administração que consiga verificar sobre eventual impacto orçamentário de medidas concretas de estímulo que possam ser tomadas.

A desembargadora Dra. Márcia Andrea Farias da Silva ressaltou a importância do papel da ASCOM no processo de estímulo, a exemplo da divulgação de resultados, destaque de alguma Vara, de melhorias. Asseverou também que a administração já está contemplada na comissão, representada pela Corregedoria e pela Vice-Presidência, e que pode trazer sugestões de medidas de estímulo, por conhecer os dados e a realidade de cada Vara.

Neste momento o servidor Antônio José pediu a palavra e primeiramente informou que realmente existem muitas ferramentas, mas que a Corregedoria está condensando



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região
Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição

todas estas ferramentas em 02 painéis, o Painel Luz, que mostra a Vara do ponto de vista do IGEST e o Painel HALO, que traz as informações das tarefas do Pje. Informou que assim que for finalizado o segundo painel, serão solicitados cursos para os servidores das Varas e para os juízes.

A desembargadora Dra. Marcia Andrea Farias da Silva questionou se o segundo painel está sendo desenvolvido pelo Regional. Em resposta, o servidor Antônio José informou que a ideia básica do projeto é do TRT da Paraíba, mas o sistema está sendo desenvolvido pelo TRT da 16ª Região. A desembargadora Márcia Andrea sugeriu, neste momento, a exemplo do que ocorreu no TRT da 14ª Região, a criação de um avatar virtual para auxiliar as pessoas que utilizam o sistema ou a ferramenta, como complemento aos cursos de capacitação.

A servidora Gisele Castro Silva, representante do Sintrajufe, solicitou a palavra para destacar algumas inquietações dos servidores que chegam ao sindicato: 1 – Grande defasagem salarial e falta de perspectiva de reajuste; 2 – O aumento do uso da terceirização pelas administrações dos Regionais cumulado com o problema da defasagem de servidores; 3 - O aumento do volume de trabalho e demandas que se intensificou muito nos últimos anos, o que impacta na qualidade vida e saúde dos servidores, e dificulta o estímulo. A servidora ressaltou que para melhorar a produtividade, é necessário melhorar a qualidade da força de trabalho, e que as ferramentas tecnológicas são bem importantes, mas que não se pode perder de vista que o ser humano é o centro. Por fim, a servidora ressaltou a necessidade do planejamento conjunto, da participação dos servidores em qualquer planejamento da administração, que é preciso criar ferramentas que estimulem os servidores a participarem com idéias, a exporem suas dificuldades, porque é também uma forma de valorizar o servidor.

O magistrado Carlos Eduardo Evangelista Batista dos Santos sugeriu a criação de um projeto de estímulo que focasse não apenas nos resultados estatísticos e metas, mas que mostrasse ao servidor como fazer o trabalho de uma forma melhor, inclusive com o uso das novas de ferramentas. Sugere ainda, em face da possível realização de um concurso público pelo TRT, o deslocamento de um cargo de analista para psicólogo ou psiquiatra, eis que atualmente não há no Tribunal, e este profissional iria ajudar a melhorar as estratégias para preservar a saúde mental dos trabalhadores.

Passada a palavra ao servidor Antônio José Silva Ferreira, o mesmo afirmou que a ideia das novas ferramentas é trazer maior rendimento, sem aumentar a carga de trabalho do servidor. Afirmou que os magistrados e os servidores estão no centro e são a principal ferramenta do Tribunal. A ideia das ferramentas é fazer com que se trabalhe melhor, com uma quantidade de tempo menor e uma carga de trabalho menos agressiva, dando



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região
Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição

celeridade e efetividade às rotinas do trabalho, assim, o servidor com o mesmo tempo de trabalho poderá ter um resultado melhor e trabalhar de forma mais saudável. Sugere, por fim, que se traga um psicólogo para participar da próxima reunião para dar um apoio mais especializado sobre o tema.

Diante de tudo que foi discutido, a Desembargadora Márcia Andrea Farias da Silva considerou que o tema já está bem debatido, e passou a discutir o tema dois da pauta que é a adoção de medidas para fomentar o uso racional da justiça e garantir distribuição equitativa dos processos judiciais entre as unidades judiciária de 1º Grau (art 2º, inciso VII, da Resolução 194 do CNJ). A desembargadora salientou que como não houve outras sugestões de tema, entendeu importante a inclusão deste tema. Asseverou que o comitê é permanente, que não funciona apenas nos momentos de reunião, e que a qualquer momento podem ser encaminhadas sugestões ao comitê. Quanto à questão da distribuição equitativa de processos, informa que no 2ª grau, ela já foi praticamente alcançada, mas que a realidade no 1º grau é diferente.

Nesse momento o servidor Stanley informou que precisou se retirar da reunião.

Então, a Desembargadora Márcia Andrea Farias da Silva questionou aos membros da comissão presente que, por se tratar de um tema novo, se seria o caso de deixar a discussão sobre este tema para a próxima reunião.

O Dr. Carlos Eduardo informou que a Presidência já recebeu os dados do setor de pessoal e está planejando a remodulação no que diz respeito à composição das Varas do 1º grau, sugerindo que sejam solicitados à Presidência estes estudos e dados para poderem ser analisados pelo comitê.

A Desembargadora Márcia Andrea Farias da Silva esclareceu que escolheu o tema justamente para trabalhar paralelo com a Presidência, eis que no comitê está representado o Sindicato, a Corregedoria, a Amatra, e pode contribuir com o trabalho da Presidência, haja vista que esta poderá suscitar a manifestação do comitê em relação ao tema. Informa ainda que o estudo não está finalizado, e que está sendo realizado pelo TRT e pelo TST. Diante disso, o comitê irá aguardar os dados e solicitá-los quando estiverem prontos, ficando o debate do item 2 da pauta para a próxima reunião, designada para o dia 12/09/2022.

Com a concordância de todos os membros do comitê, a Dra. Márcia Andrea Farias da Silva agradeceu a participação dos presentes. Solicitou a colaboração de todos para que, assim que receberem o convite da reunião, se porventura verificarem que não poderão comparecer, que entrem em contato com o respectivo suplente ou informar ao seu Gabinete



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região
Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição

para melhor organização e adequação da pauta. Finalizou agradecendo novamente a presença e a colaboração de todos, se colocando à disposição para aquilo que for necessário, dando por encerrada a reunião.

Eu, José Barros de Oliveira Júnior, redigi e assino a presente ata, juntamente com a Desembargadora Márcia Andrea Farias da Silva, Coordenadora do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

Márcia Andrea Farias da Silva

Desembargadora Coordenadora

José Barros de Oliveira Júnior

Secretário